

A ATIVIDADE BALEEIRA NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS 17 E 20: MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADES HUMANAS E GRANDES CETÁCEOS NO ATLÂNTICO SUL

**LA ACTIVIDAD BALLENERA EN BRASIL ENTRE LOS SIGLOS 17 Y 20:
MATERIALIDAD Y SUBJETIVIDAD DE LAS RELACIONES ENTRE SOCIEDADES
HUMANAS Y GRANDES CETÁCEOS EN EL ATLÁNTICO SUR**

**WHALING IN BRAZIL FROM THE 17TH TO 20TH CENTURY:
MATERIALITY AND SUBJECTIVITY OF RELATIONSHIPS BETWEEN HUMAN
SOCIETIES AND LARGE CETACEAN IN THE SOUTH ATLANTIC**

Enviado: 20 de septiembre de 2020

Aceptado: 2 de noviembre de 2020

Ana Lucia Camphora

PhD CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Membro do Grupo de Pesquisa História Regional e Local do Departamento de História da Universidade do Estado da Bahia.

Email: alcamphora@gmail.com

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



O presente artigo apresenta uma revisão da literatura referente à atividade baleeira no Brasil, entre os séculos 17 e 20, em uma abordagem integrada da história ambiental e dos estudos inter-espécies. A materialidade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos demarca um campo de reflexão sobre a historiografia do Atlântico Sul, a partir de diálogos entre as ciências naturais, humanas e sociais. A história ambiental se coloca como lugar de articulação de narrativas plurais e descentradas, que nos permitem identificar outros tantos atores presentes na cena histórica, quando nos damos conta da insuficiência dos nossos esquemas representativos para produção de sentido e memória. Nesse sentido, espera-se promover uma maior capilaridade entre a narrativa histórica e os debates contemporâneos, adensar diálogos e sedimentar empatias entre seres humanos e não humanos, e contribuir com esquemas interpretativos melhor habilitados para lidar com incertezas e desafios impostos no Antropoceno.

Palavras-chave: história ambiental, estudos inter-espécies, interdisciplinaridade, atividade baleeira

Este artículo presenta una revisión de la literatura sobre la actividad ballenera en Brasil, entre los siglos XVII y XX, con un enfoque integrado en la historia ambiental y los estudios interespecies. La materialidad de las relaciones entre las sociedades humanas y los grandes cetáceos marca un campo de reflexión sobre la historiografía del Atlántico Sur, a partir de diálogos entre las ciencias naturales, humanas y sociales. La historia ambiental se coloca como un lugar de articulación de narrativas plurales y descentralizadas, que nos permiten identificar otros tantos actores presentes en el escenario histórico, cuando nos damos cuenta de la insuficiencia de nuestros esquemas representativos para la producción de sentido y memoria. En este sentido, se espera promover una mayor capilaridad entre la narrativa histórica y los debates contemporâneos, intensificar los diálogos y consolidar empatías entre seres humanos y no humanos, y contribuir a esquemas interpretativos mejor capacitados para enfrentar las incertidumbres y desafíos impuestos en el Antropoceno.

Palabras clave: historia ambiental, estudios interespecies, interdisciplinariedad, actividad ballenera

This paper presents a review of the literature concerning Brazilian whaling activity from the 17th to the 20th century in an integrative approach of environmental history and inter-species studies. The materiality of relationships between human societies and large cetacean outlines considerations on the historiography of the South Atlantic, by exploring the interlinkages between the natural, social and human sciences. Environmental history has allowed the articulation of plural and decentered narratives aiming to identify many other actors which had taken part in the historical scene, since we have realized the failure of our representative schemes to the production of sense and memory. Thus, this review seeks to contribute to improve more capillarity between historical narratives and contemporary debate, enriching dialogues aspiring more empathy regarding non-human animals and representative schemes well oriented to face the uncertainties and challenges imposed by the Anthropocene.

Key Words: environmental history, inter-species studies, interdisciplinarity, Brazilian whaling

1. Introdução

A história das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos se estende através de alargadas escalas temporais e em incontáveis áreas marinhas de todos os oceanos do mundo. Este artigo explora uma dessas muitas trajetórias, a partir de registros referentes à atividade baleeira desenvolvida em diversos pontos da costa brasileira, entre os séculos 17 e 20, com o propósito de contribuir para a construção de uma memória coletiva acerca de um dos empreendimentos mais predatórios para a biodiversidade do Atlântico Sul. A história da atividade baleeira emerge como problema de pesquisa motivado por indagações contemporâneas sobre os desdobramentos éticos e políticos dessas trajetórias e lições apreendidas em relação a compromissos globais firmados com o propósito de reverter os danos ambientais associados à drástica redução das inúmeras espécies de grandes cetáceos intensamente exploradas.

O presente artigo foi estruturado em três partes. Inicialmente, examino os objetivos e as especificidades da história ambiental, como campo de estudos interdisciplinares que não se esquivam de um ‘engajamento analítico’ no processo de construção de uma historiografia das dinâmicas interconexões socioambientais, de seus atributos e significações. O alinhamento entre a história ambiental e os estudos inter-espécies notadamente emerge das perspectivas descentradas e plurais, contribuindo para demarcar bases que permitam acessar canais de intersubjetividade entre animais humanos e não-humanos. No presente estudo, busco identificar narrativas que nos remetam a contextos de inter-relação entre as sociedades humanas e os grandes cetáceos, para um mapeamento de perspectivas inclusivas que contribuam com agendas transfronteiriças contemporâneas.

Na segunda parte deste artigo, examino a literatura referente à milenar história dos oceanos onde a atividade baleeira se insere ao longo de distintos períodos históricos, disseminando técnicas, conhecimento, e os atributos e significações do universo imaginário que envolve essas criaturas. Cabe não ignorar que da materialidade dessas interações emergem subjetividades e inter-subjetividades desenhadas a partir de diálogos travados entre as ciências naturais, humanas e sociais.

Na terceira parte deste artigo, revisito a história da atividade baleeira no Brasil, traçando uma trajetória abrangente da atividade entre os séculos 17 e 20 para constituir uma memória dos encontros entre seres humanos e grandes cetáceos, a partir de estudos e registros históricos que compõem essa historiografia.

1.1 História ambiental como campo de reflexão para estudos inter-espécies

A história não é inerte, e se reescreve à luz de interrogações que surgem no momento em que nos damos conta da insuficiência dos esquemas representativos de que dispomos, e que se tornaram insustentáveis para produção de sentido e memória. Sob diferentes circunstâncias, a produção de conhecimento que almeja ampliar nossa compreensão acerca dos desafios impostos no Antropoceno impõe problemáticas relacionadas aos limites dos esquemas interpretativos convencionais para lidar com questões de fronteira. Castree (2017) reconhece que as ciências humanas têm contribuído para solucionar tensões epistêmicas relativas à proximidade entre as disciplinas humanas e as ciências naturais. Por meio de diversas proposições integrativas, a história ambiental, a eco-crítica, a bio-anthropologia, os estudos inter-espécies, a ecologia política e alguns outros campos de estudos afinados com propósitos pós-coloniais, apontam para os espaços transfronteiriços de produção de conhecimento, que se definem por pluralidades, esquemas representativos não eurocêntricos e multi-referenciados.

O caráter disruptivo dessas trajetórias interdisciplinares em relação aos esforços de unificação é um reflexo das múltiplas perspectivas geradas a partir de narrativas sobre paisagens reais, em contínua transformação. Como observa D’Almeida (2018), essas ‘paisagens’ constituem uma totalidade formada por conexões híbridas, heterogêneas e relacionais que sempre existiram e se redesenham no curso da história. Roque et al (2020), reconhecem que as agendas políticas e científicas comportam narrativas interdisciplinares e se beneficiam de seus esquemas de mediação para tratar das implicações dos desafios globais em contextos socioambientais específicos. Nesse contexto, a narrativa histórica que articula essas conexões rompe com o modelo hegemônico adotando uma trajetória interpretativa, inclusiva e reflexiva através de distintas escalas temporais sobre os diversos agentes que habitam um mesmo espaço e que, em níveis macro ou micro, atuam na transformação das paisagens. Trata-se, pois, de um processo de construção da memória coletiva, plural e descentrada, que possibilite adensar diálogos e sedimentar empatias entre seres humanos e não humanos que compartilham os mesmos ambientes, em diferentes períodos históricos.

A história ambiental emerge como área de investigação a partir da década de 70, promovendo vias inéditas de interlocução entre diversas áreas das ciências naturais, humanas e sociais. Nas décadas de 60 e 70, período inicial do ativismo ambiental, o termo

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



‘história ambiental’ foi aplicado pela primeira vez por Roderick Nash, em seu livro *‘Wilderness and the American Mind’*, publicado em 1967, nos Estados Unidos (McNeill, 2010). Neste país, as reflexões iniciais estavam voltadas para a história rural e o avanço em direção ao Oeste. A institucionalização dessa nova área de conhecimento se deu em sequência, com a criação da *American Society for Environmental History*, em 1976-77, da *European Society for Environmental History*, em 2001, da *Society for Latin American and Caribbean Environmental History*, em 2003. Nos anos seguintes, outras entidades acadêmicas foram instituídas, no Canadá e na Ásia, e o primeiro congresso mundial de história ambiental foi realizado em 2009, em Copenhague. Sobre o alcance do escopo da história ambiental, McNeill destacou a história material das inter-influências entre sociedades humanas e eventos ambientais específicos, como acidentes e impactos associados a projetos de desenvolvimento, a evolução das políticas de conservação e conflitos socioambientais, suas expressões culturais conjugadas aos aspectos simbólicos, filosóficos e imateriais associados à natureza. Pádua (2013) considerou as profundas transformações nos ambientes rurais e urbanos do Brasil ocorridas em meados do século XX, delineando a complexidade dos fatores que afetam territórios e sociedades sob uma perspectiva ambiental global.

A qualidade dos processos de interlocução entre a produção de conhecimento científico e narrativas políticas se apresenta como um aspecto decisivo dos repertórios contemporâneos nos quais fronteiras e suas tensões epistêmicas se tornam mais evidentes. As relações inter-espécies se formam nesses cenários transfronteiriços. Desafios relacionados à ampliação dos direitos atribuídos aos animais não-humanos refletem um fenômeno contemporâneo cujos desdobramentos éticos e políticos assumem maior ou menor nível de reconhecimento, com claras disparidades entre diferentes contextos nacionais. A esse respeito, perspectivas articuladoras dos estudos nos campos da antrozoologia, agência animal, direito animal, e dos estudos sobre animais e sociedades trazem pertinentes questões teóricas e embasamento para examinar as incontáveis redes de interação entre animais humanos e não-humanos. Para Camphora (2017), as contribuições geradas por registros históricos convencionais se alinham às abordagens inclusivas que propõem resgatar as outras espécies animais do lugar marginal e pouco relevante que lhes destinaram as teorias sociais. Trata-se de resistir ao poder demarcador imposto pelas narrativas hegemônicas e, a partir daí, explorar possíveis canais de reconhecimento dos atributos materiais e imateriais que compõem subjetividades e intersubjetividades híbridas.

O extenso campo de investigação formado por essas interações tem proporcionado referenciais inéditos para redimensionar um real que acessamos parcialmente, movidos por perspectivas emocionais, conceituais ou ideológicas. Van der Ploeg et al (2014) investigaram conflitos e um possível pacto de paz entre crocodilos e comunidades próximas ao Parque Natural de Sierra Madre, Filipinas, averiguando as visões antagônicas em relação ao abate dos animais, que ameaçam a segurança das comunidades e de seus rebanhos. Para as comunidades nativas, crocodilos são venerados como entidades ancestrais ligadas à fertilidade, que ocupam um mundo paralelo sub-aquático. Adelman & Camphora (2020) examinaram os aspectos simbólicos e materiais que envolvem a história dos cavalos da raça brasileira Crioulo, e suas implicações na manutenção/renovação de tradições e valores que definem contextos tradicionais e contemporâneos da cultura regional do Rio Grande do Sul. Novas inter-subjetividades emergem da materialidade dessas interações, muitas vezes, nas entrelinhas, dos registros históricos convencionais. Veracini & Teixeira (2016) identificaram impressões sobre os primatas do continente americano examinando narrativas de viagem de exploradores e viajantes europeus durante o período colonial.

Importante ressaltar que o termo ‘animal’ não constitui um atributo universal, mas uma categoria de seres que percebemos e identificamos como parte de nosso sistema de representação. Para a maioria dos seres humanos, com exceção de zoologistas e alguns filósofos, milhares de espécies de animais não-humanos permanecem excluídos desse debate. Segundo Lee (2014), de cerca de 1.032.000 espécies animais conhecidas pela ciência, apenas 4.000 são mamíferos e 8.600 são aves. Tais números sustentam de forma objetiva que os estudos inter-espécies dificilmente abrangem interações com alguma das milhares de bactérias existentes no corpo humano, em narrativas produzidas fora do âmbito da microbiologia.

A interlocução entre a história ambiental e os estudos inter-espécies tem balizado reflexões que nos permitem rever a condição periférica destinada aos animais não-humanos no curso do desenvolvimento das sociedades humanas, instabilizando a premissa da singularidade do ser humano. Paradoxalmente, narrativas auto-centradas nesse sujeito que se distingue e se sobrepõe ao resto da natureza são, muitas vezes, a única fonte disponível para tais reflexões. O exame de registros historiográficos implica, sobretudo, ir além da crença da excepcionalidade do ser humano como sujeito histórico. Anderson & Perrin (2018) averiguaram como o caráter essencialmente físico que sustentou a distinção da espécie humana em relação às outras espécies - com base em

atributos anatômicos, como as dimensões da cabeça e de outras partes do corpo -, assumiu um caráter metafísico e transcendente. O olhar histórico sobre os eventos que envolvem as sociedades humanas na interface entre os ecossistemas terrestres e marinhos pressupõe reconhecer inúmeras interconexões ao longo de extensas escalas temporais, assim como os distintos arranjos políticos, econômicos, científicos e culturais que resultaram desses encontros.

2. Ancestralidade e contemporaneidade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos

A história das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos ocorre na fronteira entre os mundos terrestres e marinhos, ao longo de milênios e, como nos lembra Brito (2011), a atividade baleeira aconteceu em todo lugar onde seres humanos encontraram baleias. Há evidências de práticas realizadas há cerca de 6 mil anos no Alasca, e há 4 mil anos na Noruega (Brito & Jordão, 2014). No Brasil, a presença de restos faunísticos de espécimes de baleias francas (*Eubalaena australis*) e outros cetáceos como orcas, golfinhos e toninhas, em sítios arqueológicos do litoral de Santa Catarina, indica que esses animais eram consumidos por habitantes de ocupações pre-históricas costeiras, há cerca de 5.000 anos (Castilho, 2005).

A história da atividade baleeira forma um denso capítulo da história dos oceanos - que ocupam três quartos da superfície do planeta e respondem pela circulação de cerca de 90% da produção mundial (North, 2018). Ao longo de séculos, o alcance e as consequências globais da atividade deveram-se ao poder dessas conexões que integram todas as áreas marinhas do mundo, determinantes para impulsionar um sistema de comércio internacional dos valiosos produtos processados a partir da captura dos grandes cetáceos.

No Ocidente, Brito & Jordão (op.cit.) situaram a ocorrência das primeiras atividades comerciais organizadas nos mares da Península Ibérica, no Golfo de Biscaia, no século 11. Com a expansão marítima dos impérios europeus, a partir do século 15, o imaginário em torno desses monstros marinhos, considerados gigantes Leviatãs, esteve associado aos desafios das aventuras ultramarinas. Ainda durante o Iluminismo, baleias ilustravam as páginas de jornais em Portugal, e todo o tipo de panfletos, cartografias e publicações educativas (Brito, 2016).

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



Tal como na tradição basca, em Portugal, em particular nas populações costeiras, a baleia deixou de ser muito cedo o animal fictício inexoravelmente apegado a um mundo mágico e rodeado de superstições que acompanham os mitos. Esse animal, grandioso e imponente, mas já não tão enigmático e temível, era encarado como um certo ser marinho real, vivo e presente, do qual se poderia tirar proveito. Podia ser fonte de medo e terror, mas era também fonte importante de rendimentos. As baleias na época medieval, um pouco por toda a Europa, mantinham-se simultaneamente maravilhosas e mundanas. (Szabo, 2008 apud Brito & Jordão, op.cit:31).

A partir de meados do século 18, baleias eram capturadas não somente para obter alimento, mas pela valiosa energia obtida a partir do processamento de sua gordura para a produção de óleo (ou azeite), que serviu para a iluminação de cidades de todos os continentes (Tertzakian, 2018). Em 1859, após séculos de exploração que resultaram no desaparecimento de algumas espécies de grandes cetáceos em diversas regiões costeiras, a descoberta do petróleo e de seu sub-produto, o querosene, parecia indicar o fim da atividade baleeira mundial. Esta expectativa foi compartilhada em diversas regiões do planeta e, a esse respeito, York (2017) se refere ao anúncio publicado na revista americana *Vanity Fair*, em 1861, comemorando a descoberta de jazidas de petróleo na Pensilvânia, com a presença de um grupo de pessoas fantasiadas de cachalotes segurando cartazes que diziam: ‘não iremos mais sofrer por nossa gordura’.

Contudo, o que veio a seguir foi o mais intenso período de matança de grandes cetáceos, promovido mundialmente e impulsionado por navios mais velozes e eficientes (graças ao novo combustível), com tecnologias aprimoradas para o abate e processamento de produtos em alto mar (Fitzmaurice, 2017). Apenas durante o século 20, as grandes indústrias baleeiras concentradas nos Estados Unidos, Japão, União Soviética, Reino Unido e Noruega, responderam pelo maior colapso mundial das populações de grandes cetáceos - cerca de três milhões de animais foram abatidos, em sua maior parte, nas águas no Atlântico Sul (IWC/67/10).

Iniciativas internacionais dirigidas para um maior controle sobre a atividade, no sentido de evitar o extermínio de diversas espécies de grandes cetáceos, foram propostas a partir da década de 30. Após o fim da II Guerra Mundial, a Comissão Baleeira Internacional concentrou esforços para estabelecer formas de controle sobre a atividade. Após décadas de tentativas fracassadas, a única solução encontrada para o impasse entre nações

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



contrárias e a favor da atividade representou, quase integralmente, o fim da indústria baleeira mundial, com a imposição da moratória sobre a captura comercial de grandes cetáceos, a partir de 1986, e em vigor até o presente. Apenas o Japão, Islândia e Noruega, que se recusaram a participar da moratória, permanecem desenvolvendo a atividade, que também é permitida para assegurar a sustentabilidade de alguns grupos tradicionais. Como um dos mais antigos e efetivos acordos multilaterais para a proteção da biodiversidade, e um símbolo global de mudança ambiental e mobilização em defesa das baleias, a moratória determinou transformações paradigmáticas no modo como as sociedades humanas, e a própria ciência, percebem e lidam com esses animais.

Essa mudança de paradigma se verifica a partir da reconfiguração de esquemas de representação que marcaram distintos contextos culturais, registros de memória e percepções locais. Imortalizadas na literatura com a imagem do furioso e gigantesco *Moby-Dick*, de Herman Melville, publicado em 1851, as baleias enfim se libertaram desse estigma e se tornaram ‘emblemáticos embaixadores’ dos oceanos (Brito, 2018). Outra mudança significativa corresponde ao ambiente de produção de conhecimento que fundamentou a ciência dos mamíferos marinhos, cujo desenvolvimento esteve sistematicamente atrelado à atividade baleeira, ao longo de diferentes períodos. Os núcleos de produção situados nas zonas costeiras e, mais tarde, até as últimas décadas do século 20, a moderna indústria baleeira detiveram as principais fontes de dados sobre as diferentes espécies, tais como suas áreas de concentração nas diferentes regiões marinhas do planeta, comportamento reprodutivo e descrições anatômicas. Pode-se afirmar que a história da atividade e a história da ciência dos grandes cetáceos compartilharam os mesmos registros e perspectivas ao longo do tempo.

A historiografia dos diversos contextos espaço-temporais da atividade baleeira constitui um campo de estudo extremamente amplo e complexo da história ambiental, construído a partir de abordagens interdisciplinares que integram os registros documentais das empresas baleeiras a dados geográficos, econômicos, arqueológicos e antropológicos. Brito et al (2015) investigaram os usos e valores atribuídos ao ambar (*ambergris*), substância retirada do intestino do cachalote (*Physeter macrocephalus*), a partir de uma variada e rica fonte de dados referente ao período entre os séculos 15 e 20. Registros de exploradores e naturalistas, informação produzida por herbários da Idade Média, pesquisas científicas desenvolvidas a partir do século 19, entre inúmeras outras fontes, demonstraram como a importância desse raro produto na cultura e na economia do Ocidente e do Oriente evoluiu até o presente, quando sua comercialização é

determinada por eventuais acessos ao produto, em consequência do encalhe de animais nas praias. Prieto et al (2013) realizaram o levantamento dos cachalotes (*Physeter macrocephalus*) abatidos entre 1896 e 1987 nas águas do arquipélago dos Açores, a partir de dados históricos obtidos de diferentes fontes, como dados estatísticos industriais, de organizações internacionais e do Grêmio dos Armadores da Pesca da Baleia. Hacquebord (2014) reconstituiu três séculos de atividade baleeira em uma das ilhas do arquipélago de Svaldbard, no território ártico norueguês, a partir de fontes arqueológicas, pedológicas, inventários zoológicos e registros de embarcações e estações baleeiras para mapear a presença da baleia franca de Greenland (*Balaena mysticetus*), espécie sobre-explotada e extinta na região, a partir de 1850.

Um aspecto paradoxal do vínculo sustentado entre conhecimento científico e a atividade baleeira foi evidenciado em 1972, quando a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, encaminhou à Comissão Baleeira Internacional a recomendação de implementar a moratória mundial da indústria com o propósito de garantir a proteção das espécies ameaçadas. Ao rejeitar a recomendação, o Comitê Científico da Comissão justificou sua decisão pela falta de embasamento científico para implementar a moratória, e também pelo fato de que a suspensão da atividade baleeira inviabilizaria o desenvolvimento da pesquisa científica sobre grandes cetáceos (Scientific Committee Report, 1972).

3. Representações e referenciais sobre a atividade baleeira no Brasil

A expansão marítima europeia impeliu a atividade baleeira para as águas do Atlântico e, já no século 16, exploradores portugueses identificaram a presença desses animais na costa brasileira. Pirapuã, peixe redondo, peixe alto ou peixe ilha. Assim as baleias eram designadas na língua nativa tupi. Em meados do século 16, o colono Gabriel Soares de Souza (1974), relatou que moradores do litoral da Bahia já retiravam a gordura das baleias que ocasionalmente encalhavam nas praias, e produziam óleo. Sete espécies buscavam águas quentes e protegidas do Atlântico Sul, no período de junho a agosto, para parir e amamentar seus filhotes (Castellucci, 2015): a baleia azul (*Balaenoptera musculus*), baleia fin (*Balaenoptera physalus*), baleia sei (*Balaenoptera borealis*), baleia minke (*Balaenoptera acutorostrata*), baleia de bryde (*Balaenoptera edeni*), baleia franca (*Eubalaena australis*), e a baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*). Referências sobre a primeira atividade

baleeira promovida no Brasil por portugueses e espanhóis, em 1602, descrevem a abundante presença desses animais no litoral baiano. Naquele mesmo ano, o Rei de Portugal estabeleceu o primeiro contrato com os biscainhos Pero de Urecha e Julião Miguel para o desenvolvimento da atividade por um período de dez anos, na ilha de Itaparica, na costa de Salvador (Paz, 2015).

Em 1627, Frei Vicente Salvador registrou que “no mês de junho entra nesta Bahia grande multidão de baleias, nela parem, e cada baleia pare um só, tão grande como um cavalo, no fim de agosto se tomam para o mar largo”. A pescaria começa no dia de São João Batista, 24 de junho, quando uma missa é rezada na ponta de Tapuípe e o padre benze as lanchas e todos os instrumentos. A técnica aprendida com os biscainhos, ele descreve em detalhes:

[...] a primeira coisa que fazem é arpoar o filho, a que chamam baleato, o qual anda sempre em cima da água brincando, dando saltos como golfinhos, e assim com facilidade o arpoam com um arpéu de esgalhos posto em uma haste, como de um dardo, e em o ferindo e prendendo com os galhos puxam por ele com a corda do arpéu, e o amarram, e atracam em uma das lanchas, que são três as que andam neste ministério, e logo da outra arpoam a mãe, que não se aparta do filho, e como a baleia não tem ussos mais que no espinhaço, e o arpéu é pesado, e despedido de bom braço, entra-lhe até o meio da haste, sentindo-se ela ferida corre, e foge uma légua, às vezes mais, por cima da água, e o arpoador lhe larga a corda, e a vai seguindo até que canse, e cheguem as duas lanchas, que chegadas se tornam todas três a pôr em esquadrão, ficando a que traz o baleato no meio, o qual a mãe sentindo se vem para ele, e neste tempo da outra lancha outro arpoador lhe despede com a mesma força o arpéu, e ela dá outra corrida como a primeira, da qual fica já tão cansada, que de todas as três lanchas a lanceiam com lanças de ferros agudos a modo de meias-luas, e a ferem de maneira que dá muitos bramidos com a dor, e quando morre bota pelas ventas tanta quantidade de sangue para o ar, que cobre o sol, e faz uma nuvem vermelha, com que fica o mar vermelho, e este é o sinal que acabou, e morreu, logo com muita presteza se lançam ao mar cinco homens com cordas de linho grossas, e lhe apertam os queixos e boca, porque não lhe entre água, e a atracam, e amarram a uma lancha, e todas três vão vogando em fileira até a ilha de Itaparica, que está três léguas fronteira a esta cidade, onde a metem no porto chamado da Cruz, e a espostejam, e fazem azeite. (Salvador, 1627, p. 117-118)

Os domínios políticos do projeto de expansão ultramarina eram compartilhados pela Igreja e o Império português. Os direitos da Coroa em tais expedições eram legitimados pelas bulas papais que constituíam instrumento jurídico e diplomático que instaurava o controle do Império sobre territórios conquistados e por conquistar (Rodrigues, 2012). Parece legítimo, assim, que um frei franciscano de nacionalidade portuguesa, nascido no Brasil, provavelmente em 1564, tenha descrito de forma objetiva o método de abate de baleias que os biscainhos introduziram na colônia.

A partir do início do século 17, as primeiras instalações para processamento do azeite de baleia, as ‘armações’, foram construídas nos litorais da Bahia e Rio de Janeiro. O modelo das ‘armações’ instaladas na colônia, que consistia em reunir na terra firme os pescadores e a maioria das tarefas decorrentes do aproveitamento dos animais abatidos foi inspirado no saber acumulado pelos pescadores e pelas autoridades lusas a partir da atividade baleeira em Portugal, que remonta à formação da Monarquia lusitana, no século XII (Paz, op.cit.). Se comparadas aos padrões europeus, essas ‘armações’, ‘engenhos de azeite’ ou ‘casa do engenho de cozinhar baleias’, não eram consideradas de grande porte, e tampouco eficientes, como será visto adiante. Em Itaparica, Castellucci (2005) observa que apenas uma delas funcionava com vinte e quatro caldeiras. No Rio de Janeiro, em 1619, uma lei já obrigava que a tripagem das baleias abatidas na baía de Guanabara fosse realizada em mar aberto para que “o mal cheiro que exalavam não infeccionasse a cidade” (Coaracy, 1965:50).

O monopólio do ‘Peixe Real’ que regulou os empreendimentos realizados em toda a costa do Brasil, entre 1614 e 1801, não recebeu a mesma atenção que os historiadores brasileiros clássicos dedicaram ao exame dos monopólios do açúcar, algodão, fumo e couro. Os aspectos econômicos e sistemas de administração dos contratos com a Coroa foram examinados, inicialmente, por Myriam Ellis. Mas a própria autora admitiu que se deparou com o tema durante sua pesquisa de doutoramento sobre o monopólio do sal no Brasil colonial, quando identificou correlações entre as duas atividades - muitas vezes geridas pelos mesmos contratantes, como no caso de Domingos Gomes da Costa e de Inácio e Joaquim Pedro Quintela. Ambos os monopólios, a propósito, foram extintos pelo mesmo alvará de 24 de abril de 1801 (Ellis, 1957). A autora prosseguiu analisando a dinâmica da atividade baleeira, administração dos contratos com a Coroa Portuguesa e sua importância para a economia interna, além dos lucros gerados pela exportação do óleo e outros produtos valorizados no mercado europeu (Ellis, 1958).

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



Há um ditado popular que diz de que do boi tudo se aproveita. Ditado similar se aplicava às baleias, segundo Castellucci Jr. (2015). No Brasil, além do uso na iluminação das casas, engenhos, vilas e cidades brasileiras, o azeite de baleia era usado como liga na argamassa para construção de casas, prédios, igrejas, e indicado para o tratamento do reumatismo e de certas doenças de pele. Os ossos eram aproveitados para a construção de cercas, móveis, e serviam como bases de apoio nas lagoas e rios, onde as lavadeiras ‘batiam’ a roupa. A carne de baleia salgada, a ‘moqueada ou carne de baleia ao fumeiro’ era destinada à alimentação dos escravos que, por sua vez, garantiam o sustento dos engenhos de açúcar. Nos engenhos próximos às armações do Recôncavo baiano, a carne de baleia era conservada em barris, sustentando a alimentação até a estação de captura do ano seguinte (Pita, 1878). O consumo de carne de baleia pela população escrava constituiu um referencial de status para descrever a origem humilde dos ‘Fidalgos da Bahia’, segundo Gregório de Matos (Pinho, 1982:463):

*Salta em terra, toma casas,
Arma a botica dos trastes:
Em casa come baleia,
Na rua antoja manjares.*

A relação entre a atividade e a escravidão no litoral brasileiro foi destacada por Castellucci Jr. (2015), que ressalta a importância da atividade para a economia local do Recôncavo Baiano após o fim do monopólio, quando se tornou meio de subsistência para comunidades costeiras de Salvador, conforme veremos adiante. Dias (2010) analisou a gestão dos contratos firmados ao longo do século 17, no Rio de Janeiro. Vieira (2018) examinou o processo de transferência das técnicas de produção e captura realizadas na Europa para o Atlântico Sul, no século 17, e Paz (op.cit.) investigou a gestão dos contratos entre 1765 e 1801, período final do monopólio.

Durante os séculos 17 e 18, período em que ocorreu o maior número de abates, as espécies mais capturadas na costa brasileira foram a jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e a baleia franca (*Eubalaena australis*), assim designada por ser considerada uma presa ‘fácil’ e ‘certa’. Em Itaparica, as armações estavam localizadas na Ponta, Manguinhos, Porto dos Santos, Gamboa e Barra do Gil. No Rio de Janeiro, em Angra dos Reis, São Domingos, em Niterói, Baía de Guanabara e Búzios. Em São Paulo, na Ilha de São Sebastião, Bertioigo

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



e Santos. Em Santa Catarina, na Ilha da Graça, Itapocoraia, Ganchos, Piedade, Lagoinha, Garupaba e Imbituba (Ellis, 1958).

A partir do século 18, a atividade foi implantada no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil, onde a maior armação do Brasil, Piedade, foi construída em 1746, com capela, engenhos de azeite com vinte caldeiras de ferro, armazéns, ferraria, casa-grande, senzala, depósito de lenha, três casas de tanques com treze reservatórios de óleo, tanque de lavar barbatanas e tanque de salga. O período de maior produção ocorreu entre 1765 e 1789 (Cormelato, 2011). O monopólio não contribuiu para o efetivo desenvolvimento da atividade no Brasil, e devido a tecnologias deficientes e inúmeros problemas administrativos na gestão dos contratos. De acordo com Ellis (1958), os equipamentos utilizados na caça eram inadequados, e o principal produto processado era desperdiçado e de baixa qualidade. O toucinho era cortado em grandes pedaços, o que prejudicava o processo de obtenção do azeite. As fornalhas eram mal projetadas, o óleo queimava por permanecer tempo demais no fogo e resíduos de carne e partes fibrosas se depositavam no fundo dos tachos. Mal coado e purificado, o azeite que se tornava rançoso, escuro e mal cheiroso. Muitas vezes, a decomposição do produto acontecia durante a travessia do Atlântico para a Europa, e os toneis cheios de óleo eram lançados ao mar. Para suprir o funcionamento das fornalhas, grandes áreas florestais foram destruídas para o fornecimento de lenha para as armações. Nos melhores anos, na enseada de Itaparica, eram abatidos três a quatro animais por dia. Havia desperdício da gordura, pois muitas partes da baleia eram desprezadas, e quando um grande número de baleias eram capturadas, muitas apodreciam nas praias. Em Santos, São Paulo, em meados do século 18, um dos contratadores, Tomé Gomes Moreira, ordenava que a caça fosse realizada apenas para a retirada das barbatanas.

Entre os séculos 17 e 18, o trabalho realizado nas armações de Itaparica, envolveu cerca de 420 homens dos quais, aproximadamente, oitenta escravos trabalhavam nas embarcações. Presidiários, em geral africanos, eram solicitados para o trabalho de remeiros e arpoadores. Eram frequentes os acidentes, e muitos morriam no mar ou retornavam feridos ou inválidos. Como de costume, nenhum homem embarcava sem receber a benção do sacerdote sobre o barco e seus instrumentos.

Os registros históricos sobre a atividade se distinguem pelo tom espetacular, transferindo para os mares costeiros brasileiros o imaginário europeu alimentado pela inexorável aventura do encontro com o Leviatã dos mares. Ao buscar maior compreensão

sobre essas construções narrativas movidas por figuras imaginadas projetando uma realidade intrinsecamente associada à ficção, Cardoso (2017) nos permite especular sobre a imagem do Leviatã, monstro marinho descrito no Livro de Jó como o mais poderoso e maior monstro dos mares, no Antigo Testamento, que assume presença concreta para representar a irrupção do inexplicável. A caça à baleia foi exaltada em prosa e verso como a vitória da razão humana sobre a fúria e a força do ‘peixe imenso’, de dimensões fantásticas. Narrativas tomadas como testemunhos de coragem, dor e a admiração no mítico encontro do homem com o monstro criado por Deus para engolir Jonas. O poeta Emanuel de Santa Maria Itaparica traduziu esse sentimento em sua poesia ‘Descrição da Ilha de Itaparica’:

*O arpão farpado tem nas mãos suspenso
Um, que da proa o vai arremessando,
Todos os mais deixando o remo extenso
Se vão na lancha súbito deitando;
E depois que ferido o peixe imenso
O veloz curso vai continuando,
Surge cad’um com fúria e força tanta,
Que como um Ateneu forte se levanta.*

...

*Qual o ligeiro pássaro amarrado
Com um fio sutil, em cuja ponta
Vai um papel pequeno pendurado,
Voa veloz sentimento aquela afronta,
E apenas o papel, que vai atado,
Se vê pela presteza, com que monta,
Tal peixe afrontado vai correndo
Em seus membros atada a lancha tendo.*

...

*Monstro do mar, gigante do profundo,
Uma torre nas ondas soçobrada,
Que parece em todo o âmbito rotundo:
Os mares despedaça, furibundo,
Co’a barbatana às vezes levantada;*

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



*Cujos membros tetérrimos e broncos,
Fazem a Tétis das gemidos roncós.
Do golpe sai de sangue uma espadana,
Que vai tingindo o Oceano ambiente,
Com o qual se quebranta a fúria insana,
Daquele horrível peixe ou Besta ingente;
E sem que pela plaga americana,
Passando tenha de Israel a gente,
A experiência e vista certifica,
Que é o Mar Vermelho o mar de Itaparica.
(Itaparica, 1981, 48-62).*

O poeta e historiador baiano Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), descreveu a baleia como “... estupendo parto das ondas, útil monstro do mar (...) o amor que este monstro tem aos filhos, é também monstruoso, por eles se deixam matar, pois, segurando-os a este fim primeiro os arpoadores, os seguem elas até à última respiração dos seus alentos.” (Pita, op.cit:30-31).

Rocha Pitta e Santa Maria, ambos ‘homens de letras’, adotavam a narrativa poética como expressão paralela ao árduo ofício da pesquisa historiográfica (Oliveira, 2010). Sob outra perspectiva, bastante incomum se comparada aos registros e testemunhos produzidos sobre a atividade, o poeta baiano, João de Brito (1671-1747), expressou em detalhes não menos épicos, a sensibilidade do animal. Na poesia ‘A pesca da baleia’, o poeta rompe com o atributo de Leviatã dos mares - mais tarde, universalizado por Herman Melville, em *Moby Dick*, ao descrever a baleia como sujeito sensiente que vivencia o drama da morte. No trecho final de sua poesia, ‘A pesca da baleia’, João de Brito transmitiu precocemente o espírito das mudanças que só se materializariam muito mais tarde:

(...)
*Desse esforço o baleato, por fim, cansa;
E, enquanto a mãe aflita ao peito o cinge
No flanco embebem-lhe acerada lança,
Rompe em jactos o sangue e as ondas tinge.*

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



*Foge a desventurada enlouquecida,
A bramir, sem parar, vai longe, volta,
Quer morrer pelo filho, e, expondo a vida,
Esbraveja, reluta a ver se o solta.
Impossível!...O golpe repetido
Põe-na de novo em fuga. É santo o intento
Mas o vigor se esgota. Atro gemido
Próximo indica o seu final momento.
Faz-se preciso então tê-la segura.
Arpoam-na também; já pouco sente
O arpão tenaz; a mágoa que a tortura
Por não livrar o filho é mais pungente.
No seio do baixel reina a alegria,
Mas em volta a tristeza se derrama;
E o mar se torna, no esplendor do dia,
Lúgubre palco de um terrível drama.
A baleia, o colosso honra do oceano,
De cuja boca o sangue em ondas corre,
Volve ao filho, inda vivo, olhar humano,
Escabuja, vacila, arqueja e morre...
Preencheu sua missão a mãe sublime,
Imolada do filho na defesa,
E o rei da criação, o herói do crime,
De orgulho cheio, considera a presa!...”
(Brito, s/d. ‘A pesca da baleia’ Apud Souza, 1974:397).*

A ambiguidade narrativa do inspirado discurso proferido por José Bonifácio de Andrada e Silva, na Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790, adota tons notáveis. Considerado como um precursor da exploração sustentável dos recursos naturais, sua ‘Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias’, denunciou o declínio da atividade, os métodos arcaicos de abate praticados em águas brasileiras, e a falta de estímulo e competitividade que caracterizou o monopólio do ‘Peixe Real’. Segundo nos esclarece Ellis (1958), ‘memória’ era um gênero de informação utilizado em Portugal e no Brasil para comunicar a

identificação de um problema e sua solução para a Coroa. Segundo a autora, certamente, as ideias de José Bonifácio influenciaram na decisão sobre o fim do monopólio, na década seguinte. Suas ideias, consideradas precursoras de um pensamento ecológico no contexto colonial, revelam uma noção precária sobre uma possível sustentabilidade da atividade desenvolvida em águas costeiras:

Deve certo merecer também grande contemplação a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade. Têm estas tanto amor aos seus filhinhos, que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite e, se porventura lhos matam, não desocupam o lugar sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões. É tamanho o seu amor que, podendo permanecer no fundo das águas por mais de meia hora sem vir respirar na superfície, e assim escapar ao perigo que as ameaça, preferem antes expor a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem ficar sem respirar por tanto tempo. (Silva, 1790, 399).

Ao denunciar a ‘desumana’ prática de matar os baleotes como prejudicial para o futuro econômico da atividade, Bonifácio demonstrou ignorar que o abate das fêmeas era, de fato, a maior falha herdada do medieval sistema de abate promovido pelos biscainhos. Com a morte da mãe, o baleote dificilmente sobreviveria por conta própria para retornar às regiões oceânicas onde os grandes cetáceos se desenvolvem, após o período de amamentação.

A redução do número de animais, os problemas com a administração dos contratos e a concorrência dos baleeiros britânicos no Atlântico Sul anunciavam a decadência da atividade. Ao longo do século 19, após o fim do monopólio em 1801, a captura de baleias em águas costeiras prosseguiu nas águas abrigadas do Recôncavo baiano enquanto uma nova fase da atividade se instalava nas águas do Atlântico. Em 1831, segundo Castellucci Jr. (2015), o jornal *Gazeta da Bahia* informou sobre a presença de embarcações baleeiras norte-americanas na costa brasileira, antecipando a supremacia da indústria baleeira dos Estados Unidos no Atlântico Sul. A presença de baleeiros dos Estados Unidos na costa brasileira já havia sido registrada no litoral catarinense. Em 1820, o Conde dos Arcos informou às autoridades locais sobre uma possível articulação entre baleeiros do sul e navios norte-americanos que abatiam baleias em toda a costa brasileira.

Enquanto a atividade baleeira no Brasil se restringiu à captura em enseadas e baías, onde as baleias permaneciam para dar a luz e amamentar seus filhotes, os norte-

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



americanos investiram em embarcações para o abate de cachalotes (*Physeter macrocephalus*) em alto mar. Esta espécie de águas profundas não apenas oferecia óleo de melhor qualidade como um líquido, o espermacete, localizado no seu crânio, extremamente valioso no mercado mundial. A adequação da atividade para o trabalho em alto mar permitiu ainda que o processamento da gordura fosse gradualmente realizado nas embarcações, onde o cozimento era realizado em caixas de cimento instaladas no convés dos barcos. O sistema de abate mais eficiente para capturar os velozes cachalotes consistia em tiros de canhão e arpão preso a cabo de aço que levava na ponta uma granada que explodia ao penetrar na baleia. Segundo Castellucci Jr. (op.cit.), os Estados Unidos respondiam por 735 dos 900 navios baleeiros que circulavam pelos oceanos. Entre 1835 e 1872, foram abatidas 300.000 baleias, gerando uma receita anual aproximada de US \$ 20 milhões, nos valores atuais, que correspondia ao quinto maior setor econômico dos Estados Unidos que empregou cerca de 70.000 pessoas.

Nesse contexto, apesar do reduzido número de baleias que se abrigavam no litoral brasileiro, a atividade seguiu em frente como um negócio de ‘gente miúda’, pequenos negociantes e negros forros que faziam uso de equipamentos adaptados, sustentando um mercado informal para a subsistência das famílias de negros libertos que viviam em Itaparica.

Mesmo diante dos riscos e da crueldade com que aqueles animais eram mortos, os homens envolvidos naquele negócio sentiam-se compelidos a cumprir uma tarefa essencial à sobrevivência dos seus parentes e populares locais. Porém, parece que no fundo de cada um dos arpoadores dos membros que compunham a tripulação de uma baleeira, calava um certo sentimento de compaixão pela forma com que se abatiam os animais.

Dizem que, nas noites em que antecediavam a caça das baleias, os pescadores de Itaparica entoavam uma canção, em cujas estrofes deixavam transparecer um certo sentimento de remorso por um ato que não podia ser contido. Era mais ou menos assim que eles suavizavam as suas almas, cantando esse refrão:

‘Aruê-pan

Aruê-pan-pan

A baleia é peixe grande

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



Mora dentro do fundão

Eu queria pegar ela

Na barba do meu arpão

Aruê-pan

Aruê-pan-pan

Eu vi de perto a baleia

Não joguei o meu arpão

Vinha brincando com o filho

Esfriou meu coração.

Aruê-pan

Aruê-pan-pan...' (Castellucci Jr., 2009, 55549-55550)

O século 20 introduziu a moderna indústria baleeira brasileira, com a instalação da Companhia de Pesca Norte do Brasil (Copesbra) em Costinha, no estado da Paraíba, em 1911, por iniciativa dos cônsules da Holanda e da Noruega. A evolução desta indústria, até a conclusão definitiva da atividade em 1985, complementa nossa trajetória historiográfica com os dados documentais da empresa, examinados por Toledo (2009).

Costinha era considerado o ponto mais próximo da área de concentração das baleias no período de reprodução, portanto, com menor custo de produção. A primeira fase das atividades, até 1928, foi implementada com uma embarcação à vela trazida da Holanda, junto com equipamentos e pessoal treinado, incluindo dois açorianos. Nesse período foram abatidas 1.296 baleias jubarte para extração do óleo. Em 1929, o empresário holandês transferiu todo o capital da empresa para um empreendedor pernambucano com pouca experiência, que encerrou a atividade em função da II Guerra Mundial. Uma efetiva modernização da atividade ocorreu a partir de 1939, com a compra de duas embarcações norueguesas com canhão-arpão, que ampliou as espécies capturadas entre 1939 e 1957: 1.297 baleias sei (*Balaenoptera borealis*), 154 baleias jubarte, 09 cachalotes (*Physeter macrocephalus*), 01 baleia minke (*Balaenoptera bonaerensis*), 01 baleia fin (*Balaenoptera physalus*), e 01 baleia azul (*Balaenoptera musculus*).

No período seguinte, que se estendeu até 1985, o Brasil se tornou um importante polo baleeiro do hemisfério Sul, e a Copesbra se associou a uma empresa pesqueira japonesa (atual *Nichirei Corporation*). Entre 1958 e 1985, 17.123 baleias foram abatidas: 13.721 baleias minke, 2.418 baleias sei, 686 cachalotes, 52 baleias jubartes, 25 baleias de Bryde e 02 baleias fin. Segundo Toledo (op.cit.), quando perseguidas, as baleias podiam ser mais rápidas do que o baleeiro, alcançando uma velocidade de até 17 nós, ou cerca de 31,5 quilômetros por hora, por curtos períodos. Após 10 ou 12 milhas de perseguição, elas submergiam com maior frequência e se tornavam alvos fáceis. Ao serem arpoadas, imprimiam tanta força para escapar, que chegavam a atingir 24 nós. Diversos registros descrevem como as baleias reagem quando alguma delas era arpoada. Em certa ocasião, três baleias minke (*Balaenoptera acutorostrata*) - duas fêmeas e um macho, foram perseguidas a toda velocidade, e quando uma das fêmeas foi arpoada e trazida para junto do baleeiro, as outras duas baleias se aproximaram da fêmea atingida, nadando em círculos ao seu redor:

Em menos de uma hora, a segunda fêmea foi atingida e nadou por mais de 700 m, mergulhando e circulando na tentativa de escapar. Durante este tempo, o macho permaneceu nadando próximo a fêmea, mergulhando e respirando em sincronia. Isto continuou por 13 minutos, até que a segunda fêmea foi trazida para o lado da embarcação e morta por eletrificação. Mesmo depois de realizados os procedimentos de recolhimento da fêmea, o macho não tentou escapar e se tornou presa fácil para o artilheiro. (Toledo, op.cit,76)

O mesmo comportamento foi observado em um grupo de cachalotes (*Physeter macrocephalus*), e quando um dos animais foi arpoado, o grupo permaneceu circulando em volta do animal atingido. Nesta ocasião, “...cerca de 10 cachalotes foram capturados desta maneira, a maioria fêmeas.” (Ibid,89). Tal comportamento, designado ‘epimelético’, atribuído a organismos socialmente complexos, foi definido como um “...evento intra-interespecífico ou intergenérico que envolve atenção ou assistência, também podendo ser denominado como “care giving” (Ibid, 98).

Não há descrição de comportamento similar nos registros anteriores da atividade na costa brasileira. A ausência de registros das embarcações e empresas baleeiras em atividade em períodos anteriores ao século 20 impõe significativa lacuna de conhecimento

objetivo sobre os impactos da atividade na costa brasileira. Os dados referentes ao período do monopólio se restringem aos números relativos à produção do azeite e prestação de contas dos contratos firmados com a Coroa Portuguesa.

O que pode ser identificado como fato comum nos registros das atividades da empresa baleeira Copesbra, no período entre 1911 e 1985, e os séculos passados da atividade realizada na costa brasileira, parece ser o interesse da população em assistir ao espetáculo da caça à baleia. No século 19, em Itaparica, ‘verdadeiras multidões’ se agitavam com a chegada do animal morto. Habitantes e viajantes assistiam das janelas das casas ou da praia, “... espetáculo que tingia de vermelho as águas da baía...” (Castellucci, 2005:141), e se agitavam com a chegada do animal morto a ser retalhado.

Na Paraíba, no final da década de 70, a atividade ainda atraía o público e o “...turismo de observação do corte dos cetáceos na fábrica...” (Toledo, op.cit:113-114), se tornou uma atividade complementar proporcionada pela Copesbra. Um anfiteatro foi construído para um público de 30 pessoas assistir o trabalho dos operários desde a chegada das baleias na estação. A atividade, realizada em parceria com agências de turismo de João Pessoa, incluía churrasco de carne de baleia e comércio de artesanato na loja de souvenirs. Nos anos 80, por pressão dos grupos ambientalistas, essa ‘atração turística’ foi suspensa, mas as temporadas de caça às baleias continuaram atraindo turistas que consumiam aperitivos de baleia nos bares e artesanato relacionado à atividade.

4. Considerações finais

Os distintos períodos e cenários investigados por diversos autores apresentados neste artigo formam um fio condutor para conexões espaço-temporais que definiram as relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos, seus desdobramentos ecológicos, econômicos e culturais. Expressão indissociável do colonialismo, impulsionado pelas travessias transatlânticas, essas relações integraram os encontros e confrontos que ligaram o Brasil aos contextos europeus e de outras colônias, com consequências nem sempre evidentes. Os intercâmbios que compõem a história do Oceano Atlântico, agente líquido que reescreveu fronteiras entre culturas, promoveu a transferência de ideias provocando mudanças nas cosmovisões dessas sociedades, e acelerou a exploração de recursos naturais e commodities do Novo Mundo para um emergente mercado mundial.

A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20: materialidade e subjetividade das relações entre sociedades humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul

Ana Lucia Camphora



A relevância econômica e os aspectos sociais, culturais e ambientais da atividade baleeira desenvolvida no Brasil, entre os séculos 17 e 20, compõem um campo de investigação relativamente recente. A atividade baleeira desenvolvida no Brasil sob um padrão estritamente colonial, expõe a materialidade de interações em espaços transfronteiriços. A narrativa histórica se destaca como objeto de reflexão cuja legitimidade vai além da expressão do pensamento de ‘homens influentes’ (Oliveira, op.cit.), quando nos permite refletir sobre valores e atributos que desenharam as interações estabelecidas entre seres humanos e grandes cetáceos, conservadas até recentemente, há pouco mais de quatro décadas. A história ambiental, consubstanciada em uma pluralidade de fontes e metodologias, propõe abarcar os distintos ângulos que compuseram séculos da atividade no Brasil, e outros tantos atores presentes na cena histórica. Acostumados que estamos ao isolamento em relação à nossa ‘contraparte’, as outras espécies de animais, experienciar esse reconhecimento comporta responsabilidades éticas e políticas.

A intersubjetividade emerge como traço indissociável dessas interações, auxiliando na demarcação de caminhos em direção a modos alternativos de lidar com alteridades subjugadas ao princípio naturalizado do utilitarismo. A história da atividade baleeira no Brasil se inscreve na história dos esforços transnacionais que reverteram a situação limite imposta pelas sociedades humanas às espécies de grandes cetáceos. Os fatos demonstram que a autêntica mudança de paradigma operada nesse sentido é tão plausível, como a mudança da mentalidade coletiva e de posturas políticas e éticas para o aprimoramento dessas interações, fora do âmbito estritamente utilitarista. A pesquisa historiográfica prossegue na reconstrução de paisagens que nos permitem refletir sobre o sentido dos esforços ainda por vir, oferecendo trajetórias investigativas que nos auxiliam a compreender o alcance das atitudes, valores e padrões éticos que motivam as recentes interações entre as sociedades humanas e os grandes cetáceos.

Bibliografía

Adelman, M. y Camphora, A.L. (2020) Crioulos e crioulistas: A southern Brazilian equestrian culture in a changing world. *En: K. Guest y M. Mattfeld (Coord.) Horse Breeds and Human Society: Purity, Identity and the Making of the Modern Horse.* London, UK: Routledge, pp 104-120.

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



- Anderson, K. y Perrin, C. (2018) Removed from Nature - The Modern Idea of Human Exceptionality. En: *Environmental Humanities*, 10:2, pp 447-472.
- Brito, C. (2011) Medieval and Early Modern Whaling in Portugal. En: *Anthrozoös*, Vol 21, 3, pp 287-300.
- Brito, C. y Jordão, V. (2014) A baleação medieval e o início da era moderna em Portugal: que nos dinas fontes históricas? En: *Eubalaena*, 14, pp 28-40.
- Brito, C., Jordão, V.L. y Pierce, G.J. (2015) Ambergris as an overlooked historical marine resource: its biology and role as a global economic commodity. En: *Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom*. doi:10.1017/S0025315415000910.
- Brito, C. (2016) New Sciences from Old News. *Scientia at Historia*, 1. Escola de Mar/CHAM, Lisboa.
- _____ (2018) Beauties and Beasts: Whales in Portugal, from Early-Modern Monsters to Today's Flagship Species. *Environment & Society Portal, Arcadia* (Autumn 2018), no. 21. Rachel Carson Center for Environment and Society. doi.org/10.5282/rcc/8449.
- Camphora, A.L. (2017) *Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, Brasil: Academia Brasileira de Medicina Veterinária/edição da autora.
- Castellucci Jr., W. (2005) Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos – Itaparica:1860-1888. En: *Afro-Ásia*, 33, pp 133-168.
- _____ (2009) A persistência no século XX: poucas baleias, muitas histórias. En: *Congresso Internacional de História*, Maringa, Paraná ISSN 2175-4446 pp 5541-5550.
- _____ (2015) Histórias conectadas por mares revoltos: uma história da caça de baleias nos Estados Unidos e no Brasil (1750-1850). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol 9, 1, pp 88-118.
- Cardoso, A.C.A. (2017) On Whales and Giants: Images of Leviathan in New Model Army and The Unwritten. En: *Gragoatá*, Niterói, v. 22, 43, mai-ago 2017, p. 787-808.
- Castilho, P.V. (2005) *Mamíferos marinhos: um recurso de populações humanas pré-coloniais do litoral catarinense*. (tese de doutorado) Pós-Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil.

- Castree, N. (2014). The Anthropocene and the Environmental Humanities: Extending the Conversation. *Environmental Humanities*, vol 5, pp 233-260.
- Coaracy, V. (1965). *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. José Olympio.
- Cormelato, F. (2011) As armações baleeiras na configuração da costa Catarinense em tempos coloniais. En: *Tempos Históricos*, Vol 15, 2o Semestre de 2011, pp 481-501.
- Dias, C. B. (2010) *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. (Dissertação de Mestrado) Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- D'Almeida, C. A. (2018) 'Uma análise das paisagens marinhas como 'paisagens-mais-que-marinhas' En: A. C. Roque, C. J. Melo, I. Amorim, J. G. Freitas y M. M. Torrão (Coord) *Alterações Ambientais em Perspectiva Histórica*. Porto, Lisboa: CITCEM, pp:181-191.
- Ellis, M. (1957) *Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (notas prévias de um trabalho em preparo)*. En: *Revista de História*. São Paulo, Vol XVI, n 32, pp 416-462.
- _____ (1958). Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial II. En: *Revista de História*. São Paulo, v. XVI, nº 33, p. 149-175.
- Fitzmaurice, M. (2017) International Convention for the Regulation of Whaling. Recuperado de <http://www.un.org/law/avl>
- Hacquebord, L. (2014) Three centuries of Whaling and Walrus Hunting in Svalbard and its impacts on the Arctic Ecosystem. En: *Themes in Environmental History: Animals*. Cambridge, UK: The White Horse Press, pp 58-73.
- Itaparica, M.S.R. (1981) Descrição da Ilha de Itaparica. En: S. Brayner (org.) *A poesia no Brasil I*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira. pp. 48-62.
- Oliveira, M.G. (2010) Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.30, 59 – pp 37-52.
- International Whaling Commission. *Scientific Committee Report (1972)*. RS2087-1972 SC REP-2, London, UK.

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



- International Whaling Commission (2018) *The South Atlantic: a Sanctuary for Whales*. IWC/67/10 - 67th Annual Meeting of the IWC, Florianópolis, Brazil.
- Lee, K. (2014) An Animal: What is it? En: *Themes in Environmental History – 4. Animals*. Cambridge, UK: The White Horse Press, pp 1-18.
- McNeill, J.R. (2010) The State of the Field of Environmental History. En: *Annual Review of Environment and Resources*, 35: 345-374.
- North, M. (2018) Connected seas I. En: *History Compass*: e12503, John Wiley & Sons Ltd., 1-10.
- Pádua, J. A. (2013) Natureza e território na construção do Brasil. En: C. Leal, J. A. Pádua y J. Soluri (Org.) *Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe. RCC Perspectives*, 201/7 pp: 33-39.
- Paz, M. O. (2015) *Companhia da Pescaria das Baleias na Costa do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. (Dissertação. Mestrado), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Pita, S. R. (1878) *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Econômica.
- Pinho, W. (1982) *História de um Engenho do Recôncavo*. São Paulo: Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória.
- Prieto, R., Pham, C.K., Brito, C. y Morato, T. (2013). Biomass removal from shore-based whaling in the Azores. En: *Fisheries Research*, 143, pp 98-101.
- Rodrigues, A.C. (2012) *Poder eclesiástico e inquisição no século 18 luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. (Tese Doutorado) Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.
- Roque, A. C., Brito, C. y Veracini, C. (2020). Introduction. En: A. C. Roque, C. Brito y C. Veracini (Eds.) *Peoples, Nature and Environments: Learning to live together*. Cambridge Scholars Publishing, pp. xi - xix.
- Salvador, V. (1627) *História do Brasil (1500-1627)*. Bahia, Brasil. Recuperado em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2268

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



Silva, J.B.A. (1790) *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. Recuperado em : <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1170/digitalizacao/pagina/12>

Souza, G.S. (1974) *Notícias do Brasil*. São Paulo, Brasil: MEC.

Tertzakian, P. (2006) *A Thousand Barrels a Second: The Coming Oil Break Point and the Challenges Facing an Energy Dependent World*. NY: Mc Graw Hill.

Toledo, G.A.C. (2009) *O homem e a baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*. (Dissertação de Mestrado) PRODEMA - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil.

van der Ploeg, J., van Weerd, M. y Persoon, G.A. (2014) *A cultural history of crocodiles in the Philippines: Towards a New Peace Pact*. En: *Themes in Environmental History - 4. Animals*. Cambridge, UK: The White Horse Press, pp 258-292.

Veracini, C. y Teixeira, D.M. (2016) *Perception and description of New World non-human primates in the travel literature of the fifteenth and sixteenth centuries: a critical review*. *Annals of Science*, Taylor & Francis, 01-40.

Vieira, N. (2018) *A comparative approach to historical whaling techniques: transfer of knowledge in the 17th century from the Biscay to Brazil*. En: A. Polonia, M. Palma, F. Bracht y G. Conceição. *Cross-Cultural Exchange of Knowledge in the First Global Age*. Porto, Portugal: CITCEM, Ed. Afrontamento. 125-143.

York, R. (2017) *Why Petroleum Did Not Save the Whales?* En: *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*. Vol 3:1-13.

**A atividade baleeira no Brasil entre os séculos 17 e 20:
materialidade e subjetividade das relações entre sociedades
humanas e grandes cetáceos no Atlântico Sul**

Ana Lucia Camphora



ANA LUCIA CAMPHORA

Nasceu e vive no Rio de Janeiro, Brasil. Psicóloga (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências Sociais (CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Sua trajetória interdisciplinar engloba projetos nas áreas da economia ambiental, sustentabilidade de áreas protegidas e turismo sustentável. A partir de 2013, como pesquisadora independente, vem desenvolvendo investigações em estudos inter-espécies e história ambiental.